

SUMÁRIO

GÊNERO

EM TERMOS REAIS

RAEWYN CONNELL

Tradução
Marília Moschkovich

nVersos

DIRETOR EDITORIAL E DE ARTE Julio César Batista

PRODUÇÃO EDITORIAL Carlos Renato

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Erick Pasqua

PREPARAÇÃO Carol Sammartano

REVISÃO Juliana Amato

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Connell, Raewyn

Gênero em termos reais / Raewyn Connell ;
tradução Marília Moschkovich. -- São Paulo :
nVersos, 2016.

Título original: Gender for real.

ISBN 978-85-8444-104-4

1. Identidade de gênero 2. Papel sexual
I. Título.

16-02614

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero : Identidade : Sociologia 305.3

1ª edição – 2016

1ª reimpressão – 2018

Esta obra contempla o
novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

nVersos Editora

Rua Cabo Eduardo Azeite, 36

01257060 – São Paulo – SP

Tel.: 11 3995-5617

www.nversos.com.br

nversos@nversos.com.br

4

OS CONTROLADORES DE ACESSO MUDAM: HOMENS, MASCULINIDADES E IGUALDADE DE GÊNERO

INTRODUÇÃO

A igualdade entre homens e mulheres é um princípio legal e internacional desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e tem apoio popular em muitos países. A ideia de que os *homens* possam ter um papel específico em relação a esse princípio apareceu apenas recentemente.

A igualdade de gênero foi inserida na agenda política por mulheres. A razão é óbvia: são as mulheres as preteridas pelos padrões vigentes de desigualdade de gênero; e a elas, portanto, cabe a reivindicação de reparações. Mas os homens estão necessariamente envolvidos. O caminho para uma sociedade com igualdade de gênero envolve uma profunda mudança institucional, além de uma mudança na vida cotidiana e na conduta pessoal, ou seja, esse caminho demanda apoio irrestrito da sociedade.

Ademais, as próprias desigualdades de gênero em relação a bens econômicos, poder político, autoridade cultural, e os meios de coerção que as reformas de gênero pretendem modificar,

significam efetivamente que homens (com frequência, grupos específicos de homens) controlam a maior parte dos recursos necessários para implementar as reivindicações de justiça das mulheres. Homens e meninos são, de maneiras significativas, controladores de acesso da igualdade de gênero. Uma pergunta estratégica é: eles estão dispostos a abrir as portas?

Este capítulo delinea a emergência de uma discussão mundial sobre homens e a reforma pela igualdade de gênero, e avalia as perspectivas de estratégias de reforma que envolvem homens. Para isso, temos de examinar como homens e meninos têm sido compreendidos, a política dos "movimentos masculinistas", os interesses divididos, de homens e meninos, em relações de gênero, e o que as pesquisas apontam quanto à cambiante e conflituosa construção social de masculinidades.

Este capítulo constituiu-se a partir da elaboração prática de políticas, além da pesquisa. De 2003 a 2004, estive envolvida nas discussões das Nações Unidas sobre "o papel dos homens e meninos na conquista da igualdade de gênero". Isso culminou em uma reunião em 2004 que gerou o primeiro documento político de nível mundial contemplando essa questão. Discutirei os detalhes mais adiante.

HOMENS E MASCULINIDADES NA ORDEM MUNDIAL DE GÊNERO

Nos anos 1990, na metrópole global, houve uma onda de preocupação popular quanto aos homens e meninos. O poeta estadunidense Robert Bly publicou o livro *Iron John: A Book about Men* (João de Ferro: Um Livro sobre Homens*) (1990), que foi um sucesso enorme de vendas e desencadeou uma onda de imitações. O livro de Bly fez sucesso porque ofereceu, em linguagem profética, soluções simples para problemas que, cada vez mais, incomodavam a nossa cultura.

Questões específicas sobre homens e meninos também atraíram a atenção do público nos países ricos. As respostas masculinas ao feminismo e às políticas de igualdade de gênero foram debatidas na Alemanha e na Escandinávia (Metz-Göckel e Müller, 1985; Holter, 2003). Nos países anglófonos, houve entusiasmo pela "nova paternidade" e dúvidas quanto a mudanças reais no envolvimento dos homens com suas famílias (McMahon, 1999). Houve angústia popular quanto ao suposto "fracasso" dos meninos na escola, e muitas propostas para programas especiais para meninos (Frank e Davison, 2007). A violência dos homens contra as mulheres foi assunto de intervenções práticas e discussões prolongadas (Hearn, 1998), e a relação dos homens com a justiça está em debate (Collier, 2010). Além disso, o debate sobre a saúde e a doença masculina sob uma perspectiva de gênero é cada vez mais amplo (Hurrelmann e Kolip, 2002).

Acompanhando esses debates, houve um crescimento formidável de pesquisa sobre as identidades e práticas de gênero dos homens, sobre masculinidades e os processos sociais que as constroem. Periódicos acadêmicos foram criados para a pesquisa especializada, muitas conferências ocorreram e há cada vez mais literatura internacional. Temos agora um conhecimento científico muito mais sofisticado e detalhado das questões sobre homens, masculinidades e gênero do que jamais se teve (Connell, 2005).

Esse conjunto de preocupações é verificado no mundo todo. Discussões sobre violência, patriarcado e maneiras de mudar a conduta dos homens ocorreram em países tão diversos quanto Índia, Alemanha, Canadá e África do Sul. Questões sobre sexualidade masculina e paternidade foram discutidas e pesquisadas em toda a América Latina. Um centro para homens, com uma agenda de reforma, foi estabelecido no Japão, onde ocorreram conferências, e os debates na mídia sobre padrões

tradicionais de masculinidade e vida em família continuam (Menzu Senta, 1997). Um "seminário itinerante" discutindo questões sobre homens, masculinidades e igualdade de gênero fez uma turnê na Índia (Roy, 2003).

Esforços de pesquisa também se propagaram pelo mundo. Diferentes construções de masculinidade foram registradas por pesquisadores em cada um dos continentes, literalmente. A primeira síntese global, na forma de um livro-texto, com pesquisas sobre homens e masculinidades em todo o mundo, foi publicado em 2005 (Kimmel, Hearn e Connell, 2005).

A rápida internacionalização dessas discussões reflete o fato – cada vez mais reconhecido no pensamento feminista – de que as próprias relações de gênero têm uma dimensão internacional. Mudanças nas relações de gênero ocorrem em escala mundial, embora nem sempre na mesma direção ou na mesma velocidade.

As dinâmicas da ordem mundial de gênero afetam os homens tão profundamente quanto as mulheres, embora esse fato tenha sido menos discutido. Estudos como o trabalho etnográfico de Matthew Guttman (2002) com comunidades pobres no México mostram em detalhes como as vidas de grupos específicos de homens são moldadas por dinâmicas políticas e econômicas presentes mundialmente.

Diferentes grupos de homens têm diferentes posições nessas dinâmicas. Não existe uma só fórmula para abarcar "os homens e a globalização". Existe, de fato, uma crescente polarização entre os homens em escala mundial. Estudos sobre homens de classes dominantes (Donaldson e Poynting, 2007) mostram uma minoria privilegiada com poder e riqueza impressionantes, enquanto números muito maiores enfrentam pobreza, deslocamento cultural, ruptura de relacionamentos familiares e uma renegociação forçada dos significados da masculinidade.

As masculinidades são padrões socialmente construídos de práticas de gênero. Esses padrões são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais. A pesquisa "etnográfica" à moda antiga, que situava os padrões de gênero puramente em contexto local, não condiz com a realidade. A pesquisa histórica, tal como o estudo de Robert Morrell (2001b) sobre as masculinidades dos colonizadores na África do Sul e o estudo de T. Dunbar Moodie (1994) sobre os colonizados, mostram como uma cultura de gênero é criada e transformada numa relação com a economia internacional e com o sistema político do império. Existem muitas razões para pensar que esse princípio também vale para as masculinidades contemporâneas.

TROCANDO DE TIME: HOMENS E MENINOS EM DISCUSSÕES DE IGUALDADE DE GÊNERO

Nas documentações de políticas de igualdade de gênero tanto nacionais quanto internacionais as mulheres são o tema do discurso. As agências ou reuniões que formulam, implementam ou monitoram políticas de gênero costumam ter nomes que se referem a mulheres. São chamadas: "Departamento de Políticas para Mulheres", "Gabinete para a Igualdade das Mulheres", "Espaço da Mulher" ou "Comissão sobre o Status da Mulher". Esses organismos têm o mandato claro de atuação em prol das mulheres. Eles não têm um mandato igualmente claro de atuar em prol dos homens. Os principais documentos de políticas relacionadas à igualdade de gênero, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da ONU, de 1979, frequentemente não apontam os homens como grupo e raramente discutem os homens em termos concretos.

No entanto, os homens estão presentes como pano de fundo em todos esses documentos. Em cada declaração sobre a desvantagem das mulheres há uma comparação implícita com os homens como grupo privilegiado. Nas discussões sobre violência contra mulheres, os homens aparecem ora implicitamente ora explicitamente como agressores. Nas discussões de gênero relacionadas a HIV/Aids, os homens comumente são vistos como o problema, como os agentes de infecção.

Quando os homens estão presentes somente como uma categoria de fundo em um discurso de política sobre mulheres, é difícil levantar questões sobre os interesses, problemas ou a diversidade de homens e meninos. Isso poderia ser feito tanto assumindo uma postura reacionária de afirmação dos "direitos dos homens" quanto se posicionando totalmente fora de um arcabouço de gênero.

A estrutura das políticas de igualdade de gênero, portanto, criou uma oportunidade para políticas antifeministas. Oponentes do feminismo perceberam que questões sobre homens e meninos são um terreno fértil. Isso pode ser visto claramente nos Estados Unidos, onde muitos autores, como Christina Hoff Sommers (2000), em nome de da defesa de homens e meninos, amargamente acusam o feminismo de ser injusto. Essas ideias não estimularam movimentos sociais, com a exceção de um movimento de pequeno porte (embora ativo e, por vezes, violento) de "direitos dos pais" em relação ao divórcio. Os argumentos, no entanto, mostraram-se muito atraentes para a grande mídia neoconservadora, que lhes deu circulação internacional.

Alguns formuladores de políticas tentaram dar conta dessa cisão ao remodelar as políticas de igualdade de gênero como políticas paralelas para homens e mulheres. Alguns formuladores de políticas de saúde na Austrália, por exemplo juntaram um documento sobre "saúde masculina" a um documento

sobre "saúde feminina" (Schofield, 2004). De modo semelhante, em alguns sistemas escolares, uma estratégia de "educação de meninos" foi adicionada a uma estratégia de "educação de meninas" (Lindgard, 2003).

Esse tipo de atitude reconhece o âmbito mais amplo das questões de gênero. Mas essa abordagem corre o risco de enfraquecer o entendimento de igualdade da política original. Ele se esquece do caráter relacional do gênero e, portanto, tende a redefinir mulheres e homens, ou meninas e meninos, simplesmente como diferentes segmentos de mercado para um serviço qualquer. Ironicamente, o resultado pode ser a promoção de mais segregação de gênero, e não menos.

Por outro lado, trazer os problemas dos homens para dentro de um arcabouço existente de políticas para mulheres pode enfraquecer a autoridade que as mulheres já conquistaram nessa área da política. No campo de gênero e desenvolvimento, por exemplo, alguns especialistas argumentam que "incluir os homens" – dado o contexto mais amplo em que os homens ainda têm o maior controle da autoridade institucional e de bens – pode minar, ao invés de ajudar, o esforço em prol da igualdade de gênero (White, 2000).

O papel dos homens e meninos em relação à igualdade de gênero surgiu como uma questão em discussões internacionais na década de 1990 (Valdés e Olavarria, 1998; Breines, Connel e Eide, 2000). A mudança se tornou visível na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, sediada em Pequim, em 1995. O Parágrafo 25 da Declaração de Pequim²² comprometeu os governos participantes a "Encorajar os homens a participarem plenamente de todos os atos favoráveis à igualdade". A detalhada Plataforma de Ação que acompanhou a Declaração destacou

e reafirmou o princípio de poder e responsabilidade compartilhados entre homens e mulheres, e argumentou que as questões das mulheres somente poderiam ser enfrentadas "em associação com os homens" para alcançar a igualdade de gênero (pp. 1, 3). A Plataforma de Ação ainda especifica áreas em que a atuação de homens e meninos é necessária e possível: educação, socialização de crianças, cuidado de crianças e trabalho doméstico, saúde sexual, violência de gênero e o equilíbrio entre responsabilidades de trabalho e de família (pp. 40, 72, 83b, 107c, 108e, 120, 179).

Os governos participantes seguiram uma abordagem parecida na 23ª sessão especial da Assembleia Geral da ONU, no ano 2000, que tinha o objetivo de revisar a situação cinco anos após a tão dividida conferência de Pequim. A Declaração Política dessa sessão afirmou ainda mais fortemente a responsabilidade dos homens: "[Os Estados-membros das Nações Unidas] enfatizam que os homens devem se envolver e assumir responsabilidade conjunta com as mulheres para a promoção da igualdade de gênero" (p. 6). Continuou sendo o caso de os homens ficarem às margens de um discurso político pertinente às mulheres. A iniciativa de 2003-2004 foi uma tentativa de mudar essa situação, de focar o papel dos homens nas políticas de igualdade de gênero.

INTERESSES DIVIDIDOS: APOIO E RESISTÊNCIA

Há algo de surpreendente na problematização mundial de homens e masculinidades porque, de várias formas, a posição dos homens não mudou muito. Os homens continuam sendo a grande maioria dos executivos, profissionais de alto escalão e ocupantes de altos cargos políticos. Em todo o mundo, os homens ocupam nove em cada dez cargos de gabinete em governos nacionais, quase a mesma proporção de cadeiras

22 Disponível em português no site ONU Mulheres: <<http://www.onu-mulheres.org.br/pequim20/>>

no congresso e a maioria dos empregos de alto escalão em agências internacionais. Os homens, coletivamente, recebem aproximadamente o correspondente a duas vezes o salário das mulheres e também se beneficiam do trabalho não remunerado das mulheres, sem falar do apoio emocional.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas agora incorpora regularmente uma seleção dessas estatísticas em seu relatório anual sobre desenvolvimento humano no mundo, dentro de um "índice de desenvolvimento relacionado a gênero" e um "indicador de empoderamento de gênero". Isso produz um resultado dramático, uma espécie de "tabela de campeonato" de países ordenados quanto a igualdade de gênero, o que mostra que a maioria dos países do mundo está longe de ser igualitário em relação a gênero. Fica claro que, globalmente, os homens têm muito a perder ao lutar pela igualdade de gênero porque os homens, coletivamente, continuam a coletar dividendos patriarcais.

Mas essa maneira de retratar a desigualdade pode ocultar tanto quanto revela. Existem múltiplas dimensões nas relações de gênero, e os padrões de desigualdade nessas dimensões podem ser diferentes. Se olharmos separadamente para cada uma das subestruturas de gênero, encontraremos um padrão de vantagens para homens, mas também um padrão vinculado de desvantagens ou de toxicidade²³ (Connell, 2003c).

Em relação à divisão do trabalho entre gêneros, por exemplo, os homens recebem a maior parte da renda na economia monetária e ocupam a maioria dos cargos gerenciais. Mas os

homens também são a força de trabalho predominante na maioria das profissões de alto risco, sofrem a maioria dos acidentes industriais, pagam a maior parte dos impostos e sofrem maior pressão social para permanecer empregados. No domínio do poder, os homens controlam coletivamente as instituições de coerção e os meios de violência. Mas os homens também são os principais alvos da violência militar e dos ataques criminosos, e muitos mais homens do que mulheres são presos ou executados.

Seria possível tentar fazer uma planilha para entabular custos e benefícios da ordem de gênero atual para os homens. Mas isso seria enganoso. As desvantagens são, de modo geral, as *condições* das vantagens. Por exemplo, os homens não podem ter poder político sem que alguns tornem-se agentes de violência. Os homens não podem se beneficiar do trabalho doméstico e dos cuidados das mulheres sem que muitos homens percam um sentimento de ligação com os filhos pequenos.

Igualmente importante é que os homens que mais se beneficiam não são os mesmos que pagam pela maioria dos custos desses benefícios. Como se dizia antigamente: os generais morrem na cama²⁴. Em uma escala global, os homens que se beneficiam de riquezas corporativas, segurança física e planos de saúde caros são um grupo muito diferente do que os homens que lavram os campos e cavam as minas dos países em desenvolvimento. Classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais atravessam a categoria "homem", distribuindo os

23 A autora utiliza o termo "toxicidade" em trabalhos anteriores, como o que cita, para referir-se à noção de que os padrões de gênero também são nocivos, de alguma maneira, aos homens – ainda que eles sigam coletando os "dividendos patriarcais" e que disponham de privilégios sociais quanto a seu gênero.

24 A frase *Generals die in bed* (Os generais morrem na cama) ficou conhecida em todo o mundo anglófono ao se tornar título de um best-seller de 1930, escrito pelo canadense Charles Yale Harrison. O romance conta o cotidiano e os horrores das trincheiras na Primeira Guerra Mundial a partir do ponto de vista dos soldados, e foi baseado na experiência do autor quando jovem.

ganhos e custos das relações de gênero de maneira muito desigual entre os homens. Não é de se surpreender que homens reajam de maneiras muito diferentes entre si às políticas de igualdade de gênero.

Há, inclusive, um histórico considerável de apoio à igualdade de gênero entre homens. Intelectuais do século XIX, desde Said Ahman Khan na Índia até John Stuart Mill na Grã-Bretanha, defenderam a educação e a emancipação da mulher. Muitas das vitórias históricas dos movimentos de mulheres foram conquistadas junto com homens que detinham autoridade organizacional ou política à época. Por exemplo, a introdução de medidas de Oportunidades Iguais de Emprego, na região australiana de Nova Gales do Sul, ocorreu com o forte apoio do *premier* e do presidente de um inquérito para reforma do setor público, ambos homens (Eisenstein, 1996).

Os exemplos de maior destaque de ativismo organizado pró-igualdade entre homens têm a ver com violência de gênero. A Campanha do Laço Branco [*White Ribbon*], focada na educação de um público composto de homens e meninos, começou no Canadá, mas tornou-se internacional²⁵. Desde os anos 1990, existem grandes pesquisas e campanhas de ação sobre a questão da violência. Professores homens em sistemas educacionais de diferentes países também têm se envolvido ativamente com a criação de programas educativos para meninos e jovens com o objetivo de apoiar a igualdade de gênero.

E quanto ao estado da opinião geral? Pesquisas na Europa não demonstraram consenso entre homens contra ou a favor da igualdade. Por vezes, um padrão de terços aparece, segundo o qual cerca de um terço dos homens apoia mudanças em

direção à igualdade, um terço é contra e um terço está indeciso ou no meio-termo (Holter, 1997; 131-4). Não obstante, dados de pesquisa dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão mostram uma tendência, em longo prazo, de aumento no apoio à igualdade de gênero, principalmente entre a geração mais jovem (Möhwald, 2002).

Também há provas significativas da *resistência* dos homens e meninos a mudanças nas relações de gênero. O levantamento da pesquisa revela níveis substanciais de dúvida e oposição, principalmente entre homens mais velhos. Pesquisas em locais de trabalho e administrações corporativas registraram muitos casos em que homens mantêm uma cultura organizacional fortemente masculinizada e hostil às mulheres. Em muitos casos, há oposição ativa a medidas de igualdade de gênero ou sabotagem silenciosa (Collinson e Hearn, 1996). Pesquisas em escolas também descobriram casos em que meninos exercem o controle da vida social informal e são hostis com meninas e com meninos que são vistos como diferentes (Holland, Ramazanoglu, Sharpe e Thomson, 1998).

Alguns homens aceitam mudanças como princípios, mas na prática ainda têm comportamentos que sustentam desigualdades de gênero. Em sociedades com forte segregação de gênero pode ser difícil para os homens reconhecer alternativas ou entender as experiências das mulheres (Kandiyoti, 1994; Fuller, 2001; Meuser, 2003). Empresários e homens no governo, por sua vez, comumente rejeitam medidas de igualdade entre gêneros porque rejeitam qualquer ação do governo que apoie a igualdade, por serem a favor de uma suposta ação desimpedida do mercado.

As razões por trás da resistência dos homens incluem o dividendo patriarcal mencionado anteriormente e as ameaças à identidade que ocorrem junto com as mudanças. Se as definições sociais de masculinidade enfatizam o *status* de provedor

25 Um texto explicativo sobre a Campanha do Laço Branco, suas origens e sua chegada ao Brasil encontra-se em <<http://blogueirasfeministas.com/2011/12/um-laco-branco-pela-nao-violencia-a-mulher/>>.

ganhos e custos das relações de gênero de maneira muito desigual entre os homens. Não é de se surpreender que homens reajam de maneiras muito diferentes entre si às políticas de igualdade de gênero.

Há, inclusive, um histórico considerável de apoio à igualdade de gênero entre homens. Intelectuais do século XIX, desde Said Ahman Khan na Índia até John Stuart Mill na Grã-Bretanha, defenderam a educação e a emancipação da mulher. Muitas das vitórias históricas dos movimentos de mulheres foram conquistadas junto com homens que detinham autoridade organizacional ou política à época. Por exemplo, a introdução de medidas de Oportunidades Iguais de Emprego, na região australiana de Nova Gales do Sul, ocorreu com o forte apoio do *premier* e do presidente de um inquérito para reforma do setor público, ambos homens (Eisenstein, 1996).

Os exemplos de maior destaque de ativismo organizado pró-igualdade entre homens têm a ver com violência de gênero. A Campanha do Laço Branco [*White Ribbon*], focada na educação de um público composto de homens e meninos, começou no Canadá, mas tornou-se internacional²⁵. Desde os anos 1990, existem grandes pesquisas e campanhas de ação sobre a questão da violência. Professores homens em sistemas educacionais de diferentes países também têm se envolvido ativamente com a criação de programas educativos para meninos e jovens com o objetivo de apoiar a igualdade de gênero.

E quanto ao estado da opinião geral? Pesquisas na Europa não demonstraram consenso entre homens contra ou a favor da igualdade. Por vezes, um padrão de terços aparece, segundo o qual cerca de um terço dos homens apoia mudanças em

direção à igualdade, um terço é contra e um terço está indeciso ou no meio-termo (Holter, 1997; 131-4). Não obstante, dados de pesquisa dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão mostram uma tendência, em longo prazo, de aumento no apoio à igualdade de gênero, principalmente entre a geração mais jovem (Möhwald, 2002).

Também há provas significativas da *resistência* dos homens e meninos a mudanças nas relações de gênero. O levantamento da pesquisa revela níveis substanciais de dúvida e oposição, principalmente entre homens mais velhos. Pesquisas em locais de trabalho e administrações corporativas registraram muitos casos em que homens mantêm uma cultura organizacional fortemente masculinizada e hostil às mulheres. Em muitos casos, há oposição ativa a medidas de igualdade de gênero ou sabotagem silenciosa (Collinson e Hearn, 1996). Pesquisas em escolas também descobriram casos em que meninos exercem o controle da vida social informal e são hostis com meninas e com meninos que são vistos como diferentes (Holland, Ramazanoglu, Sharpe e Thomson, 1998).

Alguns homens aceitam mudanças como princípios, mas na prática ainda têm comportamentos que sustentam desigualdades de gênero. Em sociedades com forte segregação de gênero pode ser difícil para os homens reconhecer alternativas ou entender as experiências das mulheres (Kandiyoti, 1994; Fuller, 2001; Meuser, 2003). Empresários e homens no governo, por sua vez, comumente rejeitam medidas de igualdade entre gêneros porque rejeitam qualquer ação do governo que apoie a igualdade, por serem a favor de uma suposta ação desimpedida do mercado.

As razões por trás da resistência dos homens incluem o dividendo patriarcal mencionado anteriormente e as ameaças à identidade que ocorrem junto com as mudanças. Se as definições sociais de masculinidade enfatizam o *status* de provedor

25 Um texto explicativo sobre a Campanha do Laço Branco, suas origens e sua chegada ao Brasil encontra-se em <<http://blogueirasfeministas.com/2011/12/um-laco-branco-pela-nao-violencia-a-mulher/>>.

e de ser "forte", os homens acabam por se ofender com o progresso profissional das mulheres porque faz que eles pareçam menos dignos de respeito.

A resistência também pode significar a defesa ideológica da supremacia masculina. Pesquisas sobre violência doméstica sugerem que a maioria dos agressores tem posturas muito conservadoras quanto ao papel da mulher na família (Ptacek, 1988). Em muitos lugares no mundo, existem ideologias que justificam a supremacia masculina com base em religião, biologia, tradições culturais ou missão organizacional (por exemplo, nas forças militares). É um erro ver essas ideias simplesmente como "tradicionais" e, portanto, ultrapassadas. Elas podem ter sido ativamente modernizadas e renovadas.

MOTIVOS PARA TER OTIMISMO

As discussões públicas sobre homens e meninos são, muitas vezes, inconclusivas. Mas elas já avançaram muito, junto a pesquisas, para dismantelar uma crença muito propagada que impediu o avanço de uma reforma de gênero. Essa crença é a de que os homens não *conseguem* mudar, de que são "assim mesmo", de que estupro, machismo, brutalidade e egoísmo são características naturais dos homens.

Agora temos acesso a muitos exemplos documentados da diversidade de masculinidades e da capacidade que homens e meninos têm de sustentar a igualdade. Por exemplo, pesquisas de histórias de vida²⁶, no Chile, demonstraram que não há uma masculinidade chilena unitária. Ainda que haja um modelo hegemônico amplamente difundido pelos estratos

sociais, existem muitos homens que desviam dele, e há um descontentamento significativo com os papéis tradicionais (Valdés e Olavarria, 1998).

Embora meninos nas escolas tenham um padrão dominante ou hegemônico de masculinidade, existem também outros padrões presentes, alguns dos quais envolvem relações mais igualitárias e respeitadas com as meninas. Há uma pesquisa muito interessante na Grã-Bretanha, por exemplo, que mostra como meninos descobrem e exploram modelos alternativos de masculinidade na medida em que crescem (Mac e Ghail, 1994; O'Donnell e Sharpe, 2000).

Pesquisas em educação e psicologia demonstram a existência de flexibilidade pessoal face aos estereótipos de gênero. Homens e meninos podem usar estrategicamente definições convencionais de masculinidade, em vez de serem rigidamente dominados por elas. É até mesmo possível ensinar meninos (e meninas) na escola a fazer isso, conforme demonstram experiências em salas de aula na Austrália (Davies, 1993; Wetherell e Edley, 1999).

Talvez a mais extensa ação social envolvendo homens e mudança de papéis de gênero seja que ocorreu na Escandinávia. Ela incluiu determinações de licença-paternidade que foram amplamente adotadas, o que está entre as mais dramáticas das demonstrações de disponibilidade dos homens para mudar práticas de gênero. Øystein Holter resume a pesquisa e a experiência prática em uma importante declaração:

A "experiência" nórdica mostrou que a *maioria* dos homens consegue mudar suas práticas quando as circunstâncias são favoráveis... Quando reformas ou políticas complementares são bem feitas e direcionadas a um processo de mudança em andamento, o apoio ativo dos homens a um *status* de igualdade de gênero aumenta. (Holter, 2003: 126)

26 "História de vida" é uma metodologia específica de pesquisa bastante utilizada nas áreas de ciências sociais e história. Ver Connell, 2010.

Muitos grupos de homens, isso é claro, têm as ferramentas para a igualdade e as mudanças nos papéis de gênero. Mas quais são as razões para essa mudança que os homens provavelmente serão capazes de enxergar?

Declarações iniciais frequentemente assumiam que os homens têm o mesmo interesse que as mulheres em escapar de papéis restritivos quanto ao sexo (p. ex. Palme, 1972). As experiências subsequentes não confirmaram essa visão. No entanto, homens e meninos muitas vezes têm razões substanciais para apoiar as mudanças.

Primeiramente, homens não são indivíduos isolados. Homens e meninos vivem em relacionamentos sociais, muitos com mulheres e meninas: esposas, parceiras, mães, tias, filhas, sobrinhas, amigas, colegas de classe, colegas de trabalho, colegas profissionais, vizinhas e por aí vai. A qualidade da vida de cada homem depende, em grande medida, da qualidade desses relacionamentos. Podemos, assim, falar de *interesses relacionais* dos homens na igualdade de gênero.

Por exemplo, uma grande parte dos homens é pai, e mais ou menos metade de seus filhos é menina. Alguns homens são pais solteiros e tornam-se muito envolvidos em sua criação – uma prova importante da capacidade deles de cuidar (Risman, 1986). Mesmo em parcerias intactas com mulheres, muitos homens têm relacionamentos próximos com seus filhos, e pesquisas psicológicas demonstram a importância desses relacionamentos (Kindler, 2002). Em muitos lugares do mundo, homens jovens estão explorando modelos mais envolvidos de paternidade (Olavarria, 2001). Para garantir que suas filhas cresçam em um mundo que oferece a jovens mulheres segurança, liberdade e oportunidades para a realização de seus talentos, essa é uma razão poderosa para que os homens apoiem a igualdade de gênero.

Em segundo lugar, os homens podem querer evitar os efeitos tóxicos da ordem de gênero sobre eles. James Harrison (1978) há muito tempo publicou um "Aviso: O papel do sexo masculino pode danificar sua saúde". Desde então, pesquisas em saúde registraram problemas específicos de homens e meninos. Entre eles, a morte prematura por acidente, homicídio e suicídio; acidentes ocupacionais; níveis mais altos de abuso de drogas, principalmente álcool e tabaco; em alguns países, a relativa resistência dos homens de procurar assistência médica quando necessária. Tentativas de afirmar uma masculinidade robusta e dominante sustentam alguns desses costumes tóxicos (Hurrelmann e Kolip, 2002).

As pressões sociais e econômicas sobre os homens para competir no ambiente de trabalho, para aumentar suas horas de trabalho pago, e às vezes para assumir um segundo emprego estão entre as mais fortes barreiras à reforma de gênero. O desejo de um melhor equilíbrio entre trabalho e vida é comum entre homens trabalhadores. Por outro lado, onde há altos índices de desemprego, a falta de um trabalho remunerado pode exercer uma pressão deletéria sobre homens que cresceram com a expectativa de se tornarem provedores. Essa, por exemplo, é uma questão de gênero importante na África do Sul pós-apartheid. A abertura de caminhos econômicos alternativos e um movimento em direção ao que discussões alemãs chamaram de "masculinidades multiopcionais" podem ajudar muito a aumentar o bem-estar dos homens (Widersprüche, 1998; Morrell, 2001a).

Em terceiro, homens podem apoiar mudanças nos papéis de gênero porque são capazes de ver sua relevância ao bem-estar da comunidade em que vivem. Em situações de pobreza generalizada e escassez de emprego, por exemplo, em cidades de países em desenvolvimento, a flexibilidade na divisão do trabalho entre os gêneros pode ser crucial para a subsistência

de um lar. O filme recente de Rahul Roy, *City Beautiful*, oferece um exemplo notável desse dilema para as famílias de classe trabalhadora na Índia.

A redução da rigidez das masculinidades também pode trazer benefícios para a segurança. As relações de gênero são, como argumenta Cynthia Cockburn (2010), casualmente relacionadas à militarização e à guerra. Homens, assim como mulheres, estão interessados na manutenção da paz.

Finalmente, os homens podem apoiar a reforma dos papéis de gênero porque a igualdade de gênero decorre de seus princípios políticos ou éticos. Eles podem ser religiosos, socialistas ou ter crenças democráticas de maneira ampla. J. S. Mill baseou sua defesa da igualdade de gênero nos princípios liberais clássicos; Ali Shariati apoiou-se nos princípios do Corão. A ideia de direitos humanos iguais ainda tem credibilidade entre grandes grupos de homens.

MOTIVOS PARA O PESSIMISMO

A diversidade entre homens e masculinidades reflete-se na diversidade dos movimentos de homens. Um estudo nos Estados Unidos descobriu múltiplos movimentos com agendas diferentes para a reformulação da masculinidade, operando nos terrenos de igualdade de gênero, direitos dos homens e identidades étnicas ou religiosas (Messner, 1997). Não há uma posição política unificada para os homens e nenhuma representação oficial dos interesses dos homens.

A experiência mais abrangente entre qualquer grupo organizado de homens quanto a questões de gênero e políticas sexuais é a dos homens homossexuais – em campanhas contra a discriminação, no movimento de liberação gay [*gay liberation*], e nas reações da comunidade à pandemia de HIV/Aids. Homens gays foram pioneiros em áreas como a assistência

comunitária aos doentes, a educação comunitária para práticas sexuais responsáveis, representação no setor público e superação da exclusão social (Kippax et al., 1993; Altman, 1994). Embora a tolerância tenha aumentado, homens homossexuais muitas vezes enfrentam resistência, e algumas vezes violência séria por parte de outros homens.

Movimentos explicitamente reacionários existem, mas não exercem, geralmente, muita influência. Homens se mobilizando enquanto homens para lutar contra mulheres tendem a ser vistos como doentios ou fanáticos. Muito mais relevantes para a defesa das desigualdades de gênero são os movimentos e as instituições em que os interesses dos homens são indiretamente promovidos – entre eles as igrejas, organizações étnicas, partidos conservadores e movimentos nacionalistas.

Um caso particularmente importante de política de gênero indireta é o neoliberalismo, a ideologia econômica dominante hoje em dia. O neoliberalismo é, em princípio, neutro em relação a gênero. O “indivíduo” não tem gênero e o mercado oferece vantagens ao empreendedor mais esperto, não a homens ou mulheres em si. Mas o neoliberalismo não luta pela justiça social em relação a gênero. Na Europa Oriental, a restauração do capitalismo e a chegada da política neoliberal foram acompanhadas de uma aguda deterioração da posição das mulheres. Em países ocidentais ricos, o neoliberalismo dos anos 1980 adiante atacou o Estado assistencialista, do qual muito mais mulheres do que homens dependem; apoiou a desregulação dos mercados de trabalho, resultando na crescente casualização de trabalhadoras mulheres; diminuiu os empregos no setor público, o setor da economia em que mulheres predominam; diminuiu as taxas de tributação individual, a principal fonte de transferência de verba a mulheres por meio de impostos; e arrochou a educação pública, o caminho principal das mulheres rumo ao

mercado de trabalho. No entanto, no mesmo período, houve uma expansão da agenda de direitos humanos, o que é, no geral, uma vantagem para a igualdade de gênero.

O neoliberalismo pode funcionar como um tipo de política de masculinidade em grande medida por causa do papel poderoso do Estado na ordem de gênero. O Estado constitui relações de gênero de muitas maneiras, e todas as suas políticas de gênero afetam homens. Muitas políticas convencionais (por exemplo, questões de segurança e de economia) lidam substancialmente com homens ou servem aos interesses dos homens, sem que esse fato seja reconhecido (Bezanson e Luxton, 2006).

Isso aponta para uma esfera da política institucional em que os interesses de homens e mulheres estão fortemente em jogo, sem a publicidade criada pelos movimentos sociais. Agências do setor público (Schofield e Goodwin, 2005), empresas do setor privado (Connell, 2010) e sindicatos (Franzway, 2001) são todos locais de poder masculinizado e de disputa em relação à igualdade de gênero. Em cada um desses locais, alguns homens podem até se comprometer com a igualdade de gênero, mas em todo caso, será uma postura aguerrida. Para que a igualdade de gênero aconteça, é importante que se tenha o apoio de homens em altos escalões organizacionais, mas isso é raramente alcançado.

Uma razão para a dificuldade em aumentar a oposição de homens ao machismo é o papel de homens muito conservadores como autoridades culturais e administradores. Grandes organizações religiosas no Cristianismo, no Islã e no Budismo são controladas por homens que, por vezes, excluem as mulheres completamente. A Igreja Católica, por exemplo, se recusa veementemente a aceitar mulheres como sacerdotes, e o Papa recentemente denunciou o próprio conceito de "gênero". Organizações midiáticas transnacionais

tais como o império de Murdoch (dono dos canais e do grupo Fox) também ativamente promovem ideologias conservadoras de gênero.

Os interesses de homens e mulheres também são centrais no crescente complexo de esportes comerciais. Com seu foco esmagador nos atletas homens; sua celebração da força, da dominação e do sucesso competitivo; sua valorização de comentaristas e executivos homens; e a frequente marginalização das mulheres, o complexo esportes/negócios se tornou um local cada vez mais importante para a representação e a definição de gênero. Isso nem se trata de patriarcado tradicional. Isso é novidade, a associação de corpos exemplares à cultura empreendedora. Michael Messner (2002), um dos principais sociólogos do esporte, formula bem o efeito ao dizer que os esportes comerciais definem a renovada centralidade do homem e uma versão particular da masculinidade.

Em uma escala mundial, movimentos reacionários explícitos têm importância limitada. Não obstante, um grande número de homens, está envolvido com a preservação da desigualdade de gênero. O patriarcado é defendido de maneira difusa. Existe o apoio às mudanças vindo de um número igualmente grande de homens, mas a articulação desse apoio é uma luta árdua. Esse é o contexto político com o qual as novas iniciativas em prol da igualdade de gênero têm de lidar.

RUMOS A SEGUIR: UM CONTEXTO GLOBAL

Convidar os homens a erradicar os privilégios dos homens e reformular masculinidades para sustentar a igualdade de gênero parece, para muitos, um projeto estranho ou utópico. No entanto, esse projeto já está em curso. Muitos homens em todo o mundo estão empenhados em reformas de gênero, pelas boas razões discutidas anteriormente.

A diversidade das masculinidades complica o processo, mas também é um dado importante. Na medida em que essa diversidade se torna mais conhecida, homens e meninos podem enxergar mais facilmente uma gama de possibilidades para suas próprias vidas, enquanto homens e mulheres cada vez menos vêem a desigualdade de gênero como imutável. Também passou a ser possível identificar grupos específicos de homens que poderiam se juntar às alianças em prol da mudança.

Políticas públicas para a igualdade de gênero se apoiam na ideia de uma aliança entre homens e mulheres. Alguns grupos dentro do movimento feminista, principalmente aqueles cujas lutas dizem respeito à violência perpetrada por homens, têm reservas quanto a trabalhar com homens ou nutrem um ceticismo profundo quanto à disposição dos homens em mudar. Outras feministas argumentam que alianças entre mulheres e homens são possíveis, e até mesmo cruciais nesse processo. Em alguns movimentos sociais, por exemplo, o ambientalismo, há uma ideologia forte de igualdade de gênero e um ambiente favorável para que homens apoiem mudanças nos papéis de gênero (Connell, 2005; Segal, 1997).

Nos governos locais e centrais, alianças práticas entre mulheres e homens foram importantes para alcançar reformas como regras de contratação sem discriminação de gênero. Mesmo ao lidar com a violência dos homens contra mulheres, houve cooperação entre grupos de mulheres e grupos de homens, por exemplo, no trabalho de prevenção. Essa cooperação pode ser uma inspiração para trabalhadores de base e uma poderosa demonstração do interesse comum de homens e mulheres em uma sociedade pacífica e igualitária (Pearse, 1997). O conceito de aliança é importante em si para a preservação da autonomia dos grupos de mulheres, para eliminar

a tendência de que um grupo fale pelos demais e para definir um papel político para os homens que tenha alguma dignidade e possa atrair apoio generalizado.

Dado o espectro das políticas masculinas, não temos como esperar que haja consenso quanto à igualdade de gênero. O possível é que o apoio à igualdade de gênero se torne hegemônico entre os homens. Nesse caso, grupos que apoiam a igualdade seriam os proponentes de uma agenda de debate público sobre as vidas dos homens e os modelos de masculinidade.

Já ocorre uma grande mudança cultural em direção a uma consciência histórica de gênero, um reconhecimento de que costumes de gênero passaram a existir em momentos específicos e que sempre podem ser transformados por meio de ação social. O que se necessita agora é de um senso generalizado de agência entre homens, um entendimento de que essa transformação é algo de que eles podem fazer parte como proposição prática.

Desse ponto-de-vista, a reunião de 2004 da Comissão sobre a Situação das Mulheres (Commission on the Status of Women – CSW) da ONU foi profundamente interessante. A CSW é uma das agências da ONU mais antigas, datando dos anos 1940. Efetivamente um comitê permanente da Assembleia Geral, ele se reúne anualmente, e sua prática tem sido considerar dois temas principais em cada reunião. Para a reunião de 2004, um dos temas definidos foi “o papel de homens e meninos na conquista da igualdade de gênero”. A seção do secretariado da ONU que apoia a CSW, a Divisão para o Avanço das Mulheres, assumiu o trabalho de base. A Divisão ofereceu, em junho e julho de 2003, um seminário online para o mundo todo sobre o papel dos homens e meninos, e, em outubro de 2003, organizou a reunião um grupo especialista no assunto em Brasília (DF).

Nas reuniões principais da CSW, o trabalho de base feito pela Divisão é apresentado e as delegações dos 45 países-membros atuais, as agências da ONU e muitas das organizações não governamentais participantes fazem declarações de abertura. A agenda de eventos paralelos é lotada, a maioria organizada por ONGs, porém alguns por delegações ou agências da ONU. E há um processo diplomático em que as delegações oficiais negociam o rascunho de um documento à luz das discussões da CSW e do posicionamento de seus governos quanto a questões de gênero.

Esse é um processo necessariamente politizado, e que pode vir abaixo. Em 2003, o debate da CSW sobre a questão da violência contra a mulher chegou a um impasse. Em 2004, ficou claro que parte das ONGs participantes não estavam satisfeitas com o foco nos homens e meninos, algumas delas se atendo ao discurso sobre homens exclusivamente como perpetradores de violência. Durante as duas semanas de negociação, no entanto, as delegações conseguiram chegar a um consenso quanto à declaração política, conhecida como "Conclusões Acordadas".

Reafirmando o compromisso com a igualdade das mulheres e reconhecendo o potencial de ação dos homens e meninos, esse documento faz recomendações específicas passando por áreas de políticas diversas tais como educação, criação de filhos, mídia, mercado de trabalho, sexualidade, violência e prevenção de conflitos. Essas propostas não têm força alguma no direito internacional – o documento é essencialmente um conjunto de recomendações para governos e outras organizações. Não obstante, ele foi o primeiro acordo internacional desse tipo, que trata os homens sistematicamente como agentes nos processos de igualdade de gênero. Ele criou uma referência para futuras discussões sobre igualdade de gênero, apresentando a igualdade de gênero como um projeto positivo para os homens.

Um relato dessas discussões, e exemplos de projetos de ação em todo o mundo estão, agora, disponíveis em um documento amplamente distribuído chamado *The role of men and boys in achieving gender equality* (O papel de homens e meninos na busca da igualdade de gênero) (Division for the Advancement of Women, 2008).

O processo das Nações Unidas conecta-se com as possibilidades sociais e culturais que emergiram das três últimas décadas de políticas de gênero entre os homens. A igualdade de gênero é um empreendimento para homens que pode ser criativo e alegre. É um projeto que compreende altos princípios de justiça social, resulta em uma vida melhor para as mulheres por quem esses homens nutrem afeto, e resultará em uma vida melhor para a maioria dos homens em longo prazo. Esse pode e deve ser um projeto que gera energia, que encontra expressão na vida cotidiana e nas artes assim como na política formal, e que pode iluminar todos os aspectos da vida dos homens.